

Tô com o Padre



www.padrejoao.com.br



Mandato Coletivo e Participativo Deputado Padre João

Publicação nº 57 - Dezembro /2012

facebook.com/padrejoao

twitter.com/dep_padrejoao

youtube.com/deppadrejoao

Benefícios para a educação



Deputado preside reunião da Comissão Mista que analisou a medida

Padre João foi o relator da Medida Provisória 562 (transformada em lei) que promove uma série de mudanças nos programas de educação. O relatório do deputado salientou, dentre outros pontos, a Educação do Campo. "A educação nos assentamentos estava muito fragilizada. Agora, os alunos e professores passam a ter garantia de recursos", assinalou.

Página 03

Críticas aos tucanos que não querem a conta de luz mais barata

Padre João criticou arduamente os governadores de Minas Gerais, São Paulo e Paraná, que se opuseram à MP 579. A Medida, do Governo Federal, trouxe redução nas tarifas da energia elétrica.

Página 03

Continua a luta contra os agrotóxicos



Padre João e Nazareno Fonteles (PT-PI), presidente e relator do colegiado, em visita técnica à Embrapa

A pedido de Padre João, a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados instalou uma Subcomissão para avaliar os avanços e desafios das políticas sobre Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Padre João é o presidente do colegiado.

Página 03

Emendas de Padre João ao Código do Processo Civil

Pág. 04

Governo mineiro sucateia a saúde e a educação

Pág. 03

Apoio à fixação de investimento governamental na saúde

Página 05

Governo libera crédito para linhas férreas no país - Obras em uma importante de MG

Página 02

Projeto visa conceder seguro-desemprego aos agricultores familiares

Página 04

Lei de cotas raciais e sociais é sancionada por Dilma

Página 04

Apoio à criação do Tribunal Regional Federal em Minas

Página 04

Notícias das regionais do mandato

Páginas 06 e 07



Deputado palestrou em ato da UFMG pelos índios

Em defesa dos Guarani-Kaiowá

O deputado Padre João empenhou-se para salvaguardar a vida dos indígenas, que estavam com ameaça judicial de despejo de suas terras.

Página 05

Apio a servidores federais em greve



Com servidores do Incra

O deputado Padre João apoiou algumas categorias em greve este ano. Ele recebeu servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que reivindicavam melhorias trabalhistas. O parlamentar intermediou reuniões com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, na busca pelo fortalecimento do MDA e do Instituto, com a ampliação do quadro de servidores e melhorias salariais.

“O Incra é um órgão importantíssimo para a realização da Reforma Agrária e para a melhoria do meio rural. Dentre as suas responsabilidades estão a fiscalização da função social da ter-

ra e as desapropriações. Portanto, têm muitas tarefas e poucos funcionários para cumpri-las, além das baixas remunerações. É preciso uma readequação das funções e competências do órgão”, ressaltou Padre João.

Educação

Durante a greve dos professores federais, Padre João subiu à tribuna da Câmara para defender o direito à paralisação, mas, sobretudo, a busca pelo rápido entendimento e retorno às aulas.



Padre João com servidores e o ministro Pepe Vargas

Governo mineiro insiste em sucatear a saúde e a educação

“Um absurdo! Uma falta de compromisso dos tucanos com o povo mineiro! Além de errarem, reincidem no erro, fazem questão de reafirmá-lo”. Foi assim que o deputado federal Padre João reagiu ao tomar ciência do agravo de instrumento por meio do qual o governador Antônio Anastasia derrubou em novembro a liminar que suspendia os efeitos do Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) assinado com o Tribunal de Contas do Estado (TCE). A notícia da celebração do TAG foi levada à Brasília pelo parlamentar, que realizou discurso na tribuna da Câmara dos Deputados contra a ação.

Mas o Ministério Público mineiro (MPMG) promete não ceder e irá recorrer da decisão. O objetivo do órgão é fazer com que o estado cumpra a Constituição e invista os percentuais estabelecidos para a saúde e a educação.

De acordo com o TAG, Minas Gerais só precisaria cumprir a legislação em vigor em 2014. Até lá, com aval do TCE, poderia adequar as contas e alocar gradualmente os recursos nas duas áreas, sem nenhum prejuízo legal.

O promotor do Patrimônio Público, Eduardo Nepomuceno, afirma que o MPMG quer é apenas o cumprimento irrestrito da lei. “Acho que uma questão tão clara e simples não deveria nem precisaria estar sendo discutida na Justiça”, ironiza Nepomuceno.

Absurdos recorrentes

Desde 2003 os governos tucanos, então com Aécio Neves, e agora com Antônio Anastasia, vêm dando um verdadeiro calote na saúde e educação mineiras. “E tudo isso,

alarmar-se, com o aval do Tribunal de Contas do Estado, que nunca deixou de aprovar as contas do governo, mesmo sem o investimento de 25% na educação e os 12% na saúde”, indigna-se Padre João.

Esforços da oposição

Os deputados do PT e PMDB de Minas vêm lutando contra as aberrações dos governos tucanos. Eles protocolaram, com a presença e apoio de Padre João, pedidos de intervenção das promotorias estaduais de Saúde, Educação e Patrimônio Público.

Na tarde desta terça-feira, dia 6, em coletiva de imprensa na ALMG, o deputado estadual Rogério Correia, líder do bloco “Minas sem Censura”, não poupou críticas ao TAG: “Já são mais de 15 bilhões de prejuízo. Esse TAG é uma válvula generalizada para descumprimento dos valores. Minas Gerais vive verdadeiramente a situação de um ‘estado de exceção’”.

Os deputados lembraram que Aécio Neves já é alvo de uma ação de improbidade administrativa pelo déficit de investimento em Saúde. E afirmaram que a mesma promotora que moveu ação contra o ex-governador, moverá também contra o atual, Antônio Anastasia.

Uma audiência pública será realizada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da ALMG, a pedido dos opositores, para tentar ouvir membros do Executivo. “Esperamos que eles prestem contas à sociedade”, afirmou Rogério Correia.

Obra federal em linha férrea em Belo Horizonte é resultado de empenho do mandato Padre João

A presidenta Dilma Rousseff visitou em junho as obras de uma das mais antigas bandeiras do mandato Padre João: a modernização da linha férrea que liga a capital a Sabará. O projeto é resultado de um acordo entre a Vale do Rio Doce e o Governo Federal.

Desde 2006, Padre João acompanha a situação das famílias pertencentes aos bairros São Geraldo, Caetano Furkim, Boa Vista, Casa Branca e Vila Mariana de Abreu. Há 25 anos os moradores tentavam mudar o cenário de casas com estruturas abaladas, barulho que impede o estudo na escola próxima e acidentes entre carros e o trem. “As obras são de extrema importância para estas famílias”, ressaltou Padre João.

Em 2007, o deputado participou de duas paralisações da passagem do trem. Em 2008, ele esteve em novo ato. 500 pessoas obstruíram a linha férrea e a liberaram após a negociação de Padre João com a Ferrovia Central Atlântica (FCA). Naquele mesmo ano, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), a pedido de Padre João, realizou audiência pública com o objetivo de obter esclarecimentos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental e discutir o direito à indenização das vítimas de acidentes provocados pelos trens.

Indenizações em foco - Em 2010, também por iniciativa de Padre João, a ALMG realizou nova audiência pública. No encontro, a Associação Famílias Beira Linha (AFBL) de BH e Sabará apresentou à Vale/FCA uma proposta de solicitação e de negociação mais justa para as indenizações das famílias.

Segundo Vinícius da Silva, presidente da AFBL, a realização da audiência em 2010 foi imprescindível para que algumas reivindicações fossem levadas em consideração. Em todos os anos as assessorias jurídica e regional do mandato acompanharam todas as negociações e encontros em favor da transposição.



2008: Padre João participa da paralisação do trem

Editorial

Eleições e esperanças

O Brasil inteiro se mobilizou. A população discutiu, comparou os projetos e escolheu prefeitos e vereadores para cuidar das políticas nos municípios pelos próximos quatro anos. Começa uma nova etapa a partir de primeiro de janeiro. É preciso estar atento para que as políticas sejam realmente implementadas. Por isso, é fundamental a participação da população, seja nos conselhos, seja nas reuniões da Câmara para cobrar o cumprimento das promessas e aplicação dos recursos na saúde, educação, transporte, lazer, cultura, esporte, meio ambiente etc....

Estive presente em vários municípios durante a campanha. Percebi o desejo de mudança, de participação, e a vontade de alterar a realidade em cada município. Muita gente nova disputando com alegria, com entusiasmo, mesmo sem recursos. Muitas vezes de maneira desigual. Pude perceber que precisamos de uma reforma política e eleitoral urgente. Vejo que o financiamento público de campanha corrige estas distorções e liberta o eleito das pressões e dos interesses econômicos. A reforma política visa fortalecer a democracia brasileira.

Nosso partido, o PT, cresceu. Teve 17,2 milhões de votos em todo Brasil. O mais votado. O PMDB ficou em 2º lugar, com 16,7 milhões de votos.

Em Minas Gerais, o PT fez 114 prefeitos e prefeitas. Um aumento importante em relação às eleições de 2008. Fizemos 814 vereadores no estado frente aos 659 de 2008.

Precisamos fortalecer cada vez mais o partido para disputarmos o governo do estado em 2014. Ampliar as políticas de desenvolvimento social, de geração de renda, de inclusão e do “Brasil sem Miséria”. O projeto do estado deve estar alinhando com o governo da Presidenta Dilma Rousseff. É isto que vamos fazer, unificando as forças do Partido dos Trabalhadores, para implantarmos o “Plano Brasil sem Miséria” também em Minas Gerais.

Deputado Padre João

Trem bão - O mandato é um dos maiores incentivadores da Associação “Trem Bão de Minas”, que reúne 10 municípios mineiros e reivindica a implantação do trem de passageiros na região do Alto Paraopeba. Padre João intermediou em abril uma reunião no Ministério dos Transportes com a presidente da Associação, Lilian Paraguai e o presidente do Consórcio para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba (Codap), Anderson Cabido.

Governo Federal a favor - A presidenta Dilma lançou em agosto o Programa de Investimentos em Logística que prevê a aplicação de R\$ 91 bilhões para a construção de 10 mil quilômetros de ferrovias.

Jornal Tô com o Padre

Publicação: Escritório Estadual Dep. Fed. Padre João
Projeto Gráfico/Diagramação: Reginaldo Santos
Jornalista Responsável: Mariana Starling (MG 09777JP)
Colaboração/Revisão: Dilson Paiva
Fotos: Walyson Pereira / Robson D’Ávila / Arquivo

Escritório Estadual - Rua Rio Negro, 347 - Prado
 BH/MG | CEP. 30.411-208 | Tel.: 31 2511.9810/ Fax.:2511.9715 |
 padrejoao@padrejoao.com.br

Gabinete de Brasília - Câmara dos Deputados | Anexo 4
 7º andar | Gabinete 743 | CEP. 70160-900 | Brasília/DF
 Tel.: 61 3215.2743 | dep.padrejoao@camara.leg.br

Padre João foi o relator de lei que trouxe importantes benefícios para a Educação

Educação do Campo foi contemplada no relatório do deputado

Em julho deste ano, foi sancionada a Medida Provisória (MP) 562, que promove uma série de mudanças nos programas de educação. Por ter sofrido modificações, a MP foi transformada na lei 12.695/2012. Analisada por uma Comissão Mista do Congresso Nacional (Câmara e Senado), a medida estava sob relatoria do deputado Padre João.

Educação do Campo

A lei dispõe sobre apoio técnico ou financeiro da união no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR - e contempla com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo e dá outras providências. Como relator, Padre João estabeleceu a autorização para o Executivo conceder bolsas aos professores das redes públicas de educação e a estudantes beneficiários do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

Segundo o relator, a criação de bolsas no Pronera vai viabilizar o ensino nos assentamentos de reforma agrária. "A educação nos assentamentos estava muito fragilizada. Agora, os alunos e professores passam a ter garantia de recursos", disse Padre João.

O Pronera surgiu em 1998 e, desde 2001, é vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), beneficiando cerca de 450 mil jovens e adultos do meio rural.

No caso dos professores das redes públicas, as atividades no Pronera realizadas com o recebimento de bolsas não prejudicarão sua carga horária regular e não caracterizam vínculo empregatício.

"É uma luta longa. Há muito tempo temos lutado junto aos governos, seja estadual ou federal para melhoria e implementação de uma política de educação diferenciada para a população rural. É uma vitória. Mas ainda temos que avançar mais. A dívida da educação com o meio rural é muito grande," desabafa Padre João.

Formação por alternância

Ainda para a educação no campo, a MP permite a contagem de matrículas, para efeito de recebimento de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de instituições sem fins lucrativos que tenham como proposta pedagógica a formação por alternância.

Essa proposta alterna períodos de vivência no meio escolar: a criança recebe formação teórica geral na escola e, no meio familiar, ganha formação técnica na propriedade rural.

"Além da grade do MEC, esses alunos recebem complementação prática e teórica das matérias voltadas ao campo, uma experiência exitosa que, até agora, não podia

receber recursos do Fundeb", disse Padre João.

Novo rito

Essa MP foi a primeira que teve parecer obrigatório da comissão mista prevista na Constituição para analisar esse tipo de proposição. Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou ao Congresso instalar as comissões e impediu a emissão de parecer diretamente em Plenário.

Regras para as EFAs

Após a aplicação pelo MEC do Censo Escolar 2013, com questões atualizadas para levantamento das EFAs (escolas comunitárias), as mesmas começarão a receber do Fundeb em 2014.



Com os deputados e senadores que compuseram a Comissão Mista

Críticas em plenário a tucanos que se opõem à Medida Provisória que reduz tarifas da energia elétrica

Em pronunciamento no Grande Expediente da sessão plenária da Câmara dos Deputados em novembro, o deputado federal Padre João enalteceu a Medida Provisória (MP) que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Brasil. E aproveitou também para ressaltar as críticas absurdas daqueles que se colocam contra o projeto.

A MP 579, oriunda de mensagem da presidenta Dilma à Câmara Federal, antecipa a renovação das concessões às empresas que exploram a produção, transmissão e distribuição da energia elétrica e, o mais importante, visa reduzir em até 21% a tarifas para o povo brasileiro. "A antecipação das renovações é importante porque dá oportunidade a quem já está no setor, redefine as regras, compromissos e ganhos para as concessionárias. Principalmente porque a maioria das concessões foi feita à época das privatizações de Fernando Henrique Cardoso", explicou Padre João. Mas o parlamentar é enfático ao assinalar o grande ganho social com a redução das tarifas: "Até então, quem teve um lucro vultuosos foram as grandes empresas. Somente a Cemig teve em 2011 um lucro de mais de 2 bilhões de reais. Agora, é a vez do povo", alegrou-se.

O parlamentar ressaltou que a MP da presidenta Dilma é mais um passo em benefício dos menos favorecidos. Ele lembrou que a realidade do Brasil antes do programa "Luz para Todos", do presidente Lula, era de milhões de pessoas sem energia elétrica. Segundo dados, mais de 14 milhões de brasileiros foram atendidos pelo programa federal. "Somente com Lula inúmeros brasileiros tiveram esse serviço essencial para a garantia da qualidade de vida, a melhoria do aprendizado, o desenvolvimento intelectual, econômico e social", destacou Padre João. O deputado lembrou que mesmo com esse aumento de transmissão, os apagões não aconteceram, ao contrário dos anos anteriores, quando milhões não tinham acesso à energia.

Empecilhos tucanos

O deputado Padre João teceu duras críticas aos peessedebistas que se opõem à MP 579, sobretudo ao ex-governador de Minas Gerais e agora senador, Aécio Neves. "O senador, representando o tucanato, ameaça recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) caso a medida seja aprovada. Claro. Enquanto os lucros da Cemig eram distribuídos somente para as empresas acionistas, como a Andrade Gutierrez, ele ficava no silêncio. Do contrário de quando houve a onda de privatizações no setor (ou transformação em empresas de economia mista, com capital aberto), quando ele já estava aqui no Congresso", indignou-se Padre João.

A posição de Aécio Neves contra os interesses do povo enquanto governador de Minas foi lembrada por Padre João. Projeto de lei do deputado para redução da tarifa no estado foi rejeitado pela base governista na ALMG, da mesma forma que a matéria de iniciativa popular que previa a redução do ICMS nas contas de luz. "Mas Aécio, naquele cargo, fez o milagre de quadruplicar a dívida de Minas Gerais. E agora, com seu empenho no Congresso, vem garantindo empréstimos para o estado se endividar mais com a justificativa de reestruturar a Cemig. Mas, na verdade, o dinheiro vai para a Andrade Gutierrez", lembrou Padre João.

Mensalão mineiro

"Ah, o dinheiro vai para a Andrade Gutierrez não é? Ai se explica o mensalão tucano mineiro. Quais são as empresas que operam financiando as campanhas tucanas em nosso estado? Nós não podemos permitir que a ameaça deste senador, com falsas informações de que estaria protegendo o estado, impeça esse grande benefício para o povo mais pobre do Brasil. Se não faz diferença no bolso de Aécio Neves, faz no bolso do povo mais carente", enfatizou o deputado Padre João.

Emendas para o bem e artimanhas para o mal

Um dos acréscimos de Padre João à MP 579 visa garantir as renovações sucessivas, desde que as empresas garantam a redução da tarifa. Justamente neste ponto, o deputado alerta para mais uma artimanha de Aécio Neves, ao deixar de fora três grandes usinas de geração mineiras (responsáveis por quase 50% do parque gerador da Cemig): São Simão, Jaraguá e Miranda, no Triângulo Mineiro, além de outras 18 de menor porte. "Ele as deixa de fora do processo de renovação e antecipação da concessão justamente para não ter que contribuir. Para não entrar na parte da redução da tarifa. Para ir lucrando e lucrando e dividindo somente com os acionistas", esclareceu Padre João.

Outra emenda foi destacada pelo parlamentar: a de autoria do deputado Fernando Ferro (PT/PE), que visa o fim da terceirização no setor de energia elétrica. Padre João fez questão de ressaltar e parabenizar a luta do Sindieletrô, em MG, e da Federação Nacional dos Urbanitários.

Apoio da grande mídia aos tucanos

Por fim, o deputado federal Padre João enfatizou que as irregularidades tucanas pelo país, e sobretudo no ninho mineiro, contam com o silêncio da grande mídia, que "não denuncia e não dá voz a quem faz": "Temos que estar atentos a este senador que vai contra os pobres. Isso é típico dos tucanos. Qualquer incentivo para as grandes empresas, para as multinacionais, tem o apoio. Mas quando tem que servir aos menos favorecidos, são contra e ainda tentam enganar a população com falsos argumentos e tendo apoio da grande mídia".



Subcomissão de Segurança Alimentar e Nutricional: continua a luta contra os agrotóxicos e por uma alimentação adequada e saudável

O deputado Padre João é o presidente da Subcomissão Especial sobre Segurança Alimentar, instalada na Câmara dos Deputados a seu requerimento. O objetivo é avaliar os avanços e desafios das políticas públicas sobre Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Dentre as metas, estão a proposição de mecanismos e instrumentos que possam aperfeiçoar estas políticas; e de iniciativas que promovam a proteção e a realização do direito humano à alimentação adequada e saudável no país. Neste sentido, a luta contra os agrotóxicos continua nos trabalhos desta Subcomissão.

Nós temos que avançar muito ainda na questão da segurança alimentar. A criação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, o Consea, foi fundamental. Os programas sociais implantados pelos governos Lula e Dilma ajudaram a reduzir a pobreza. As ações da sociedade civil também são fundamentais para garantir o acesso ao alimento. Temos que garantir não só a quantidade de alimentos, mas a regularidade e a qualidade. E hoje a qualidade dos alimentos nos preocupa devido às formas de produção. A subcomissão trabalha todas estas questões", informa Padre João.

PNAPO — Um decreto da Presidência da República publicado em agosto é motivo de satisfação e de sentimento de trabalho recompensado para o nosso mandato. O documento institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica.

"Em nossa luta contra o uso dos agrotóxicos enfatizamos constantemente a necessidade do Brasil fazer uma transição para a agricultura agroecológica. E no relatório da Subcomissão sobre o Uso dos Agrotóxicos e suas Consequências à Saúde — instalada na Câmara a nosso requerimento e da qual fui o relator —, apesar dos dados negativos sobre o uso dos venenos, conseguimos comprovar que a produção agroecológica pode ser efetivada com qualidade e produtividade em grande escala, e ser efetivada com êxito e lucratividade na agricultura familiar e na Reforma Agrária", enaltece Padre João.

Agrotóxicos — Em uma das audiências públicas realizadas pela Subcomissão, os participantes afirmaram que a contaminação dos alimentos por agrotóxicos é culpa do agronegócio. Eles foram unânimes ao afirmar que esse modelo devasta o meio ambiente, expulsa as pessoas do campo e contamina os trabalhadores e os alimentos com agrotóxicos.

"A mudança do modelo de produção agropecuária hegemônico passa pelo fortalecimento de um que seja pautado pela transição para a agroecologia, que trabalhe com uma produção sustentável do ponto de vista ambiental, econômico e social", enfatizou Padre João.

Ele também defendeu que o governo proíba, definitivamente, os princípios ativos de agrotóxicos que já foram banidos de outros países e ainda são permitidos no Brasil. Segundo ele, dos 14 princípios ativos em análise, apenas 3 têm data definida para serem banidos.

Sancionada lei de cotas raciais e sociais para ingresso em instituições federais de ensino

A sanção da lei 12.711, que dispõe sobre o ingresso nas universidades e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, pela presidenta Dilma Roussef, foi considerada um avanço pelo deputado Padre João: “Tem muita gente que quer estudar e não tem jeito. O vestibular exclui, pois muita gente não tem como pagar os chamados cursinhos. A lei facilita o acesso à educação de nível superior pela classe pobre e excluída. Corrige uma injustiça social. E todo mundo sabe que educação é a chave para o progresso e o desenvolvimento”.

A lei garante que 50% das vagas sejam reservadas para alunos que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas, distribuídas entre negros, índios e pardos. As cotas raciais serão distribuídas conforme o último censo do IBGE, onde está localizada a instituição de ensino. A renda familiar e o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) são critérios para ingresso no ensino superior. Em quatro anos, todas as instituições federais devem aplicar a totalidade das vagas.

Lei das cooperativas passa a valer

Padre João e deputados do Núcleo Agrário do PT reivindicavam correção a algumas distorções

O deputado Padre João e demais integrantes do Núcleo Agrário do PT estiveram em reunião na Casa Civil e com a Ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti. Na pauta, o projeto de lei 4622/2004, que dispunha sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho e instituiu o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (Pronacoop). A matéria foi sancionada por Dilma e se transformou na lei 12.690/2012.

Apesar do cunho positivo do projeto, Padre João e demais parlamentares apelavam para o veto da presidenta Dilma a dois artigos, o 4º e o 7º. “Estes, em vez de ajudarem o cooperativismo, poderiam prejudicar. As cooperativas poderiam virar empresas”, explica Padre João. Os referidos artigos tratam da detenção dos meios de produção pelas cooperativas, piso salarial e remuneração, carga horária, dentre outros, equiparando-as a empresas.

Porém, Dilma vetou somente alguns itens. “Infelizmente alguma coisa ficou prejudicada. O artigo VII pode trazer fragilidade jurídica e inviabilizar o funcionamento das cooperativas. Pode gerar custos, sem nenhuma previsão de receitas” concluiu o deputado.



Encontro com Ideli Salvatti



Reunião na Casa Civil

Aprovado projeto relatado por Padre João sobre seguro-desemprego para agricultores familiares

Com relatoria pela aprovação emitida pelo deputado Padre João, o projeto de lei 380/2011 foi aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. A matéria prevê a concessão de seguro-desemprego de um salário mínimo ao mês ao agricultor familiar rural e/ou extrativista que tenha suas terras inundadas por ocasião de enchentes sazonais.

A proposição objetiva amenizar a situação crítica que acomete o produtor rural brasileiro por ocasião das enchentes sazonais, quando ele tem suas terras total ou parcialmente inundadas. Além de arcar com os enormes prejuízos provocados pela cheia em si - que, às vezes, chega a levar sua casa, plantações, criações e outros objetos de valor material ou sentimental -, o produtor rural vê seu sistema econômico inviabilizado durante até meses seguidos pela permanência das águas. Quando elas baixam, deixam ainda um triste rastro de lama que impede o uso agropecuário da terra durante muito tempo. “A proposta solucionará, em caráter emergencial, a sobrevivência destes produtores rurais, possibilitando-lhes a recomposição de suas atividades”, justifica Padre João.



Novo Código do Processo Civil

Como membro da Comissão Especial do Código de Processo Civil (CPC) da Câmara dos Deputados, Padre João dialogou com advogados(as) populares que acompanham as demandas dos movimentos sociais, rurais e urbanos. Foram construídas emendas ao PL do CPC, tendo em vista os conflitos que têm acontecido no Brasil, principalmente em decorrência de uma legislação que não beneficia a garantia de direitos humanos e a igualdade entre as partes nos litígios coletivos. É preciso uma urgente reforma neste instrumento que norteia a sociedade brasileira.

As propostas de emendas foram apresentadas por Padre João em conjunto com os deputados do Núcleo Agrário do PT. O relatório do Código de Processo Civil está pronto para votação, mas devido ao esvaziamento das reuniões, foi prorrogado. A previsão é de que ele seja votado em fevereiro de 2013.

A emenda do deputado Padre João, aprovada pelo relator, dispõe que o juiz será obrigado a realizar audiência pública de conciliação entre movimentos sociais, governo e o proprietário antes de analisar a liminar de reintegração de posse. Esta medida, mesmo aprovada pelo relator, encontra forte resistência para aprovação no colegiado.

Padre o deputado Padre João, este mecanismo é importante. “Atualmente a reintegração de posse é feita ouvindo apenas um lado, o proprietário. Às vezes, o suposto dono nem é dono de verdade. Aí as famílias são despejadas e não sabem pra onde ir. É lamentável ver o que aconteceu na desocupação do Pinheirinho, em São Paulo. Esta situação não pode mais se repetir em nosso país” finalizou Padre João.



Debate sobre o tema em MG

**VOTO
ABERTO
JÁ**

Tribunal de Justiça para Minas

“A justiça tem que ir ao povo. A distância em si já é uma injustiça”. Esta é a opinião do deputado Padre João em relação à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 544/2002, que visa a criação de tribunais regionais federais na Bahia, Paraná, Minas Gerais e Amazonas. Neste sentido, Padre João já encaminhou requerimento ao presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, solicitando a colocação urgente da matéria na pauta de votação do plenário.

A proposta é defendida por juízes e procuradores como uma forma de desafogar a Justiça Federal, principalmente o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, hoje é responsável por 13 Estados e pelo Distrito Federal.

Segundo estudo técnico e de impacto orçamentário produzido pelo Conselho da Justiça Federal, haveria margem para a criação dos novos tribunais sem ferir a lei de responsabilidade fiscal. Ou seja, do ponto de vista orçamentário, é possível.

Para Padre João, os tribunais geram receitas através de taxas e custas processuais. Isto daria para suprir boa parte das demandas. A demanda na Justiça federal em Minas é muito grande e estrutura é pequena. Muitos trabalhadores rurais recorrem à justiça para conseguir sua aposentadoria. A sentença é demorada, chega, às vezes, depois de dez anos. Alguns têm a decisão depois da morte. Isto é um absurdo. Muitos processos, poucos juízes e servidores. Um Tribunal para atender 13 estados e o Distrito Federal, é difícil compreender isto, ou seja, 50% da demanda da Justiça Federal se concentra em um único tribunal. A emenda propõe criar 4 tribunais e o da 7ª Região ficaria só para atender MG. Isto significa desafogar e dar agilidade à justiça”, conclui Padre João.



Em sessão plenária, Padre João e outros pares externaram o apoio total à PEC 349/2011, que prevê o fim do voto secreto.

Em defesa da educação brasileira

Parlamentar vota a favor do PNE e dos 100% dos royalties do petróleo para o setor

Plano Nacional

Padre João votou favorável ao projeto de lei 8035/2010, conhecido como Plano Nacional de Educação (PNE). O plano institui 20 metas com várias estratégias para implementá-las até o ano de 2020. Entre as metas estão:

- universalizar o ensino infantil em 50% até 2016 para crianças de 4 e 5 anos e, até 2020, atender as crianças com até 3 anos;
- universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população entre 6 e 14 anos;
- adequar a grade curricular de acordo com as realidades regionais e aprimorar a formação dos professores;
- alfabetizar todas as crianças até, no máximo, oito anos de idade;
- oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica;
- elevar a média de escolaridade de 18 para 24 anos da população brasileira e elevar de 6 para 12 anos a média de escolaridade da população do campo;
- elevar a qualidade da educação de nível superior com ampliação do quadro de mestres e doutores;
- valorizar o magistério público da educação básica com melhoria no rendimento.

Mas o mais importante foi a definição de que os investimentos na área de educação serão de 10% do PIB. Atualmente, os mesmos somam apenas 5% do PIB. Isto, unindo o que a União, os estados, municípios e o distrito federal aplicam, conforme percentuais determinados pela Constituição Federal.

Para o deputado Padre João, esta luta é antiga, desde enquanto deputado estadual. “Tivemos que lutar muito pela implementação de lei do Piso do Magistério no Estado de MG. O governo mineiro enrolou todo mundo. Uma Ação de

Inconstitucionalidade foi protocolada no Supremo Tribunal Federal. O supremo derrubou-a. Mesmo assim, não pagou o piso e, para fugir da lei, fez o tal do TAG, Termo de Ajustamento de Gestão. Não quis nem cumprir a lei, penalizando os profissionais da educação e a qualidade do ensino no estado,” lamenta Padre João.

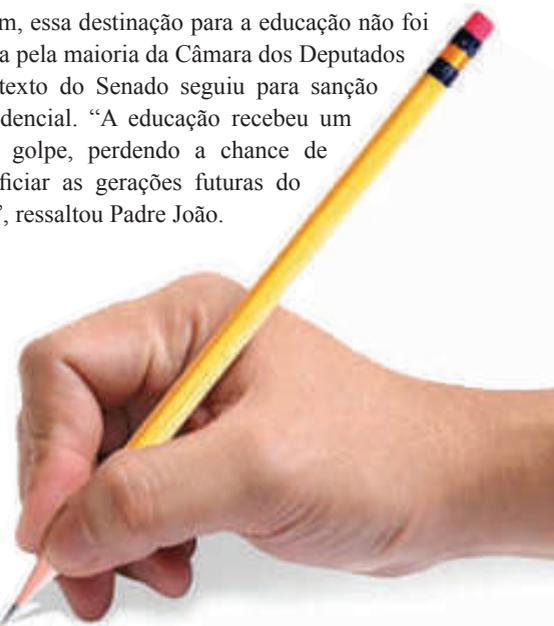
Agora, com o Plano Nacional de Educação, o Brasil sai na frente, com metas, estratégias e dobra os recursos para implementar a política para o setor. “Na Coreia do Sul, por exemplo, os concursos para o magistério tem mais valor do que para engenheiros, médicos. O estado paga bem os profissionais da educação. Por isso, a Coreia ocupa lugar de destaque no cenário mundial. País que não investe em educação, não vai a lugar nenhum,” desabafa Padre João.

100% dos royalties para a Educação

O deputado Padre João votou contra o projeto de lei que trata da redistribuição dos royalties do petróleo conforme o texto do Senado.

Ele votou favorável ao parecer do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), que previa, dentre outros itens, a destinação de 100% dos royalties do petróleo para o setor da educação.

Porém, essa destinação para a educação não foi aceita pela maioria da Câmara dos Deputados e o texto do Senado seguiu para sanção presidencial. “A educação recebeu um duro golpe, perdendo a chance de beneficiar as gerações futuras do país”, ressaltou Padre João.



Padre João apoia fixação de 10% do PIB na saúde

O deputado Padre João e demais pares da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara Federal apoiam a coleta de assinaturas para um projeto de iniciativa popular que estipule que a União deve investir no mínimo 10% do PIB no sistema público de saúde. O aumento nos investimentos seria de cerca de R\$ 40 bilhões, caso aprovado este ano. Padre João, porém, ressalta que este percentual deve ser discutido com a sociedade e a base do governo. Ele enfatiza, principalmente, que, além do projeto, é necessária e urgente a discussão sobre alternativas de financiamento para o Sistema Único de Saúde (SUS): “Não podemos pensar somente na fixação. Só isto não basta. Temos que debater de onde virão os recursos”.

Padre João citou como exemplo um projeto de lei relatado pela deputada Jandira Feghali, que taxava as grandes fortunas e transferia os valores para a saúde. “Porém, esta matéria foi vetada aqui nesta Comissão. Não houve o compromisso em garantir o recurso e instrumentos para que o mesmo financiasse de fato a saúde. Ali houve uma derrota do povo brasileiro”, indignou-se o parlamentar.

Desrespeito à legislação em Minas Gerais

O deputado Padre João foi ainda mais enfático ao assinalar que somente a fixação da porcentagem não basta. Ele lembrou o Termo de Ajustamento de Conduta (TAG) assinado entre o Governo do Estado e o Tribunal de Contas de Minas Gerais permitindo que o governador Anastasia invista os 12% obrigatórios na saúde (e os 25% em educação) somente em 2014. Pela Constituição, os estados têm que aplicar 12% de suas receitas líquidas em saúde e os municípios, 15%. “Desde 2003, com o então governador Aécio Neves, Minas Gerais só investe 7, 8% na área. Isso é uma aberração. Um desrespeito à legislação. Quando avançamos nas leis, como brigamos aqui no caso da Emenda Constitucional 29*, vêm esses golpes. Eu não tenho informação de acontecimento igual em outros estados”, enfatizou Padre João.

Campanha

A iniciativa pelo investimento governamental de 10% no setor faz parte do movimento “Caravana da Saúde”, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Médica Brasileira (AMB) e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

*A Emenda Constitucional 29, regulamentada pelo Senado em dezembro de 2011, estabelece percentuais mínimos a serem investidos por municípios e estados em saúde.

Deputado pede intervenção ministerial em favor da vida dos Guarani-Kaiowá

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Padre João - PT/MG

03600.622970/2012-29
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES
NÚCLEO DE PROTOCOLO
EM 23 / 10 / 12
Wesley do Silva

Of. 0194/2012 – GPJ/BSB

Brasília, 23 de Outubro 2012

Ao Excelentíssimo Senhor
José Eduardo Cardozo
Ministro da Justiça

Com nossas cordiais saudações vimos por meio deste pedir providências e soluções para os atos de violência cometidos contra a comunidade indígena Guarani – Kaiowá, Estado de Mato Grosso do Sul, onde tem ocorrido uma onda de assassinatos de lideranças indígenas. Segundo o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, cerca de 280 índios da tribo foram assassinados nos últimos anos. A demora na demarcação e homologação das terras da tribo tem sido o motivo dos atos de violência.

Por isso, pedimos providências deste Ministério no sentido de salvaguardar o direito fundamental da pessoa humana – a vida, conforme determina a Constituição Federal.

Atenciosamente,


Deputado Federal Padre João
PT/MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Padre João - PT/MG

Of. 0193/2012 – GPJ/BSB

Brasília, 23 de Outubro 2012

À Excelentíssima Senhora
Maria do Rosário Nunes
Ministra da Secretaria Nacional de Direitos Humanos

Com nossas cordiais saudações vimos por meio deste pedir providências e soluções para os atos de violência cometidos contra a comunidade indígena Guarani – Kaiowá, Estado de Mato Grosso do Sul, onde tem ocorrido uma onda de assassinatos de lideranças indígenas. Segundo o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, cerca de 280 índios da tribo foram assassinados nos últimos anos. A demora na demarcação e homologação das terras da tribo tem sido o motivo dos atos de violência.

Por isso, pedimos providências desta Secretaria no sentido de salvaguardar o direito fundamental da pessoa humana – a vida, conforme determina a Constituição Federal.

Atenciosamente,


Deputado Federal Padre João
PT/MG

PRESIDÊNCIA DA RE
RECEBIDO NA SEDH/PR
EM 24 / 10 / 12 AS 11:40
Quatzen

O deputado federal Padre João encaminhou ofício ao Ministério da Justiça solicitando providências para salvaguardar a vida dos índios Guarani-Kaiowá, situados no estado do Mato Grosso do Sul. O documento ressalta que cerca de 280 índios foram assassinados nos últimos anos. Fora os casos de suicídio, que têm aumentado a cada dia. E que a demora na demarcação e homologação das terras da tribo tem sido o motivo dos atos de violência. O mesmo ofício foi enviado para a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos.

“É um absurdo a coação pela qual estão passando estes seres humanos. Além de serem brutalmente assassinados por jagunços e pistoleiros, calcula-se que ao menos um indígena se suicida por semana em Mato Grosso do Sul”, indignou-se Padre João. Segundo ele, a etnia enfrenta um genocídio e creditou as dificuldades ao Judiciário que cassou a liminar que concedia mais terras aos indígenas.

“É um trabalho muito importante que os movimentos sociais e as universidades estão fazendo. Esse debate dos estados é uma questão de justiça. A luta pela terra garante dignidade a um povo e se temos uma dívida, essa dívida maior é com o indígena, é verdade que é uma dívida que se remonta também a comunidade negra, mas que o governo vem avançando aí com os quilombolas, reconhecendo e garantindo terra. Nós temos hoje um judiciário, a sua maior parte conservadora, que representa a elite brasileira e que continua negando o direito a terra, que continua negando a dignidade para o nosso povo”, afirmou o parlamentar.

Em novembro o governo federal conseguiu suspender a liminar que determinava a reintegração de posse da tribo indígena.

Regional LESTE



Entrega de produtos do PNAE

Agricultores familiares organizados na Associação Comunitária de Estudos e Ação Social (Aceas) conheceram o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) por meio dos trabalhos da assessoria da regional leste do mandato. Na ocasião, em 2009, as famílias enfrentavam as dificuldades na competição com os grandes produtores ao comercializarem seus produtos na CEASA Minas.

No início de 2010, foi formalizado o 1º contrato do PNAE de venda da Aceas (iniciando com 5 famílias) com a Prefeitura de Manhuaçu, no valor de R\$ 35 mil para o 1º semestre, com diversos gargalos desde logística até emissão de documentos. A partir daí, sempre com parceria da EMATER e mandato Padre João, foi possível aprimorar e crescer outras famílias ao programa, além de aprimorar o transporte com volumes maiores por entregas. A Vigilância Sanitária tem desempenhado um papel importante, fiscalizando e orientando os agricultores familiares para adequar a produção de qualidade.

Neste ano, a Aceas e a Cooperativa Regional Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas do Povo que Luta (Coorpol) comercializaram mais de R\$ 400 mil da agricultura familiar de mais de 50 famílias da região de Sacramento

Políticas públicas em ação

e Dom Correia para as prefeituras de Manhuaçu e Luisburgo e as Escolas Estaduais de Manhuaçu, gerando uma fonte de renda para as famílias inseridas no PNAE. Além de oferecer uma alimentação escolar de qualidade, maior valor nutricional com frutas, legumes, verduras e quitandas de hábitos culturais da região.

Atualmente, estão avançando a cada dia. 13 mulheres agricultoras familiares se aperfeiçoaram através de capacitação oferecida pela EMATER e hoje possuem a 1ª Padaria da Agricultura Familiar dentro das normas de Vigilância Sanitária, produzindo e comercializando pães, bolos, dentre outros, para o PNAE.

As entidades já têm demandas de projetos para outras unidades de processamentos, como torrefação de café e moinho de fubá e canjiquinha.

A ACEAS também está comercializando no PAA um projeto de R\$ 60 mil com outras 16 famílias inseridas. Também a Associação de Mulheres de Vila de Fátima está comercializando R\$ 40 mil em um projeto com 14 famílias.

“Todos os avanços que conseguimos até aqui, somos grato ao mandato do deputado Padre João, que nos trouxe a proposta dos programas, fez trabalho de formação, articulação junto a compradores, legalização da documentação e acompanha o nosso trabalho”, Flávio Alves, vice-presidente da Coorpol, fomentador do PNAE.



1ª Padaria da Agricultura Familiar

Regional NORTE II

Brejo dos Crioulos recebe trator agrícola por emenda de Padre João

Por meio de emenda parlamentar indicada por Padre João em 2011, a comunidade de Brejo dos Crioulos, em Varzelândia, norte de Minas, foi contemplada com 120 mil reais. O recurso foi utilizado para a compra de um trator e implementos agrícolas.

“Com o pagamento, realizado em abril deste ano, a prefeitura pôde comprar tão importante equipamento para a agricultura familiar desta tradicional comunidade”, ressaltou Padre João.

Entenda as emendas parlamentares

A cada ano, os deputados federais podem realizar indicações de prefeituras, por meio das emendas parlamentares, para serem beneficiadas com recursos oriundos do orçamento do Governo Federal. Cada deputado tem o direito de apresentar emendas individuais à proposta orçamentária do governo nos valores máximos estabelecidos por este. E o objeto da emenda, ou seja, o que vai ser realizado com o dinheiro que será repassado por indicação do deputado, pode ser para a execução de obras e a aquisição de equipamentos, dentre outras finalidades.



Padre João visita a comunidade

Regional NORTE I

Norte mineiro trabalha em prol da “sociedade do bem-viver”

No início de outubro, Padre João participou como convidado especial do “III Mini Fórum Social Marista”, realizado em Montes Claros, norte mineiro. O tema central do encontro, para mais de 400 pessoas, foi “a busca pela sociedade do bem-viver”, o mesmo trabalhado na última assembléia geral do mandato, realizada no fim do ano passado. Por ser um dos expoentes na busca pelo bem social, colocando seus trabalhos políticos e sacerdotais a este serviço, Padre João foi convidado a realizar a abertura do evento. Com isto, discorreu sobre a preocupação com a vida do planeta, a diminuição da poluição, do uso indiscriminado dos agrotóxicos, o fim do desmatamento, dentre outros temas pertinentes.

O evento é considerado uma versão “miniatura” da Cúpula dos Povos.



Em busca de soluções para conflitos agrários

O assessor da regional norte do mandato, Sílvio Silva, realiza gestão direta para a solução de diversos conflitos agrários que assolam a região. Ações: na Fazenda Vargem Grande, em Olhos D'Água, garantindo, inclusive, o transporte escolar para os alunos do acampamento; na Fazenda Prata, em Pirapora; participação em reuniões do Território da Cidadania “Serra Geral”, dentre outros realizados nos últimos dois meses de atuação do mandato.



Os municípios de Acaiaca e Urucânia foram contemplados com recursos oriundos de emenda parlamentar indicada pelo deputado Padre João. Ambas as prefeituras receberam este ano 120 mil reais para a aquisição de, respectivamente, um trator e um caminhão, que serão utilizados em benefício da agricultura familiar dos municípios.

Regional VALE DO PIRANGA

Mandato destina recursos para a Agricultura Familiar

Regional MÉDIO PIRACICABA

Cursos de formação para vereadores

Em novembro, o mandato realizou em Catas Altas um Seminário de Formação para Vereadores. O objetivo do encontro foi transmitir este modo de atuação, coletivo e participativo, que fortalece a participação do eleitor no debate político, nas decisões do legislativo e dá visibilidade aos trabalhos parlamentares.

Na Câmara Municipal de Catas Altas, diversos vereadores de diferentes partidos políticos participaram do evento, no qual também foram discutidas a organização do trabalho legislativo e a fidelidade partidária.

Ao final, foi formada uma “rede de vereadores” com mandatos coletivos e participativos tendo alguns pressupostos comuns como assessoria jurídica, banco de projetos, sistema de interlocução e curso de formação permanente. As instâncias de decisão destes mandatos (Conselho Político – formado por representação geográfica ou de lideranças, Assembleia Geral, encontros deliberativos e de avaliação de propostas a serem votadas em plenário) trazem a voz e a representação do povo à Câmara, envolvendo o eleitor no processo político para além do período eleitoral.

O mandato Padre João realizará um novo Seminário em fevereiro de 2013 em João Monlevade. Fique atento!



Regional ALTO RIO GRANDE

Agricultura Familiar: Trabalho para implantação de programas federais na regional

Os programas do Governo Federal avançam na Regional Alto Rio Grande. E o mandato Padre João é referência na orientação para que as comunidades possam aderir aos mesmos. Um exemplo é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o qual está presente, com auxílio do mandato, em diversos municípios da regional.

Projetos encerrados:

- Campo Belo: Associação dos Produtores Rurais da Micro Região de Campo Belo – Valor do projeto = R\$ 107.999,99;
- Cristais: Associação dos Agricultores Familiares e Psicutores de Cristais – Valor do projeto = R\$ 170.999,70;
- São Bento do Abade: Associação dos Produtores Rurais de São Bento do Abade – Valor do projeto = R\$ 76.498,76;



- Carmo da Cachoeira: Associação Cachoeirense dos Apicultores – Valor do projeto = R\$ 38.498,59

Projetos em andamento:

- Campo do Meio: Associação Comunitária dos Agricultores Familiares do Amargoso – Valor do projeto = R\$ 40.499,94; e Associação dos Assentados da Fazenda 1º do Sul – Valor do projeto = R\$ 240.000,00;
- Lavras: Associação Comunitária de Desenvolvimento da Cachoeirinha – Valor do projeto = R\$ 35.999,61;
- Perdões: Associação Comunitária dos Agricultores Familiares do Manoel Antônio – Valor do projeto = R\$ 85.500,00;
- Ribeirão Vermelho: Associação dos Agricultores Familiares do Vale do Rio Grande – Valor do projeto: R\$ 31.500,00;
- Ingaí: Associação dos Produtores Rurais de Ingaí – Valor do projeto = R\$ 202.499,97;
- Candeias: Associação Comunitária dos Agricultores Familiares, Apicultores, Artesãos e Pescadores da Micro Região de Candeias – Valor do Projeto = R\$ 252.000,00;
- Alfenas: Associação de Mulheres Agricultoras e Artesãs da Comunidade Rural das Bárbaras – Valor do projeto = R\$ 85.499,81;
- São Bento do Abade: Associação dos Produtores Rurais de São Bento do Abade – Valor do projeto = R\$ 150.000,00;

Regional RMBH

Padres mineiros na política analisam a conjuntura em novo encontro

Em novembro, em Belo Horizonte, ocorreu o “XII Encontro Mineiro de Padres na Política”, com organização do nosso mandato. Vários padres que atuam na política partidária e que exercem cargos eletivos, além de outros que militam em vários movimentos e pastorais sociais estiveram presentes para debater a conjuntura política atual e o papel que cada um tem para a transformação da sociedade a partir da doutrina social da Igreja e da Palavra de Deus.

As dezenas de padres presentes reconheceram a importância do grupo como espaço coletivo e único para debate, propostas e a vivência da espiritualidade e fraternidade presbiteral. “Este grupo é um grande motivador”, ressaltou Frei Gilvander, que obteve a concordância dos demais participantes.

O XIV Encontro foi agendado para fevereiro de 2013, em Prudente de Moraes.



VÁRIAS REGIONAIS

Municípios recebem ônibus escolares do governo federal

Seis municípios mineiros foram contemplados com ônibus escolares doados pelo governo federal por indicação de nosso mandato por meio de emenda da bancada do PT na Câmara Federal. São eles:

Amparo do Serra
Bugre
Itaverava
Piranga
Ponte Nova
São Brás do Suaçu

É importante salientar que cada parlamentar petista tem o direito de indicar 6 municípios. Os deputados acordam entre si quais municípios indicarão, para que o máximo de cidades possam ser contempladas.

A solenidade de entrega dos ônibus foi realizada na Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, com a presença de Padre João.



Mandato promove curso para vereadores



Após as eleições deste ano, o mandato promoveu, em Belo Horizonte, um dos seus tradicionais “Curso para Vereadores”.

Mais de 70 parlamentares eleitos e reeleitos de todas as regionais de Minas participaram do encontro, que debateu todo o processo do Poder Legislativo. Alexandre Bossi Queiroz, doutor em Contabilidade pela UFMG e pela universidade de Zaragoza (Espanha), palestrou sobre o orçamento e a fiscalização do município.

Na parte da tarde, as temáticas desenvolvidas foram: instrumentos do vereador (processo legislativo, requerimentos); estratégias políticas, vantagens e desvantagens nas duas posições: situação e oposição; dificuldades e limites na atuação legislativa frente às expectativas da sociedade; democracia participativa e implementação dos programas do Governo Federal.

Regional ZONA DA MATA

Movimentos sociais, parlamentares e lideranças buscam melhorias para a Zona da Mata

O mandato, por meio do assessor da regional Zona da Mata, Vinícius Fuzeti, articulou com os movimentos sociais que atuam na região (dentre eles o MAB, MST e Via Campesina), uma reunião com prefeitos e vereadores eleitos, lideranças sociais e partidárias.

O objetivo do encontro, realizado em dezembro, foi debater um projeto político popular para a Zona da Mata, pautado na necessidade de avanços nas questões sociais, como a geração de emprego, o acesso à terra, a redução na tarifa de energia. Foram debatidas também as questões ambientais relativas à mineração e os impactos sociais e ambientais envolvidos.



Padre João conversa com os participantes sobre os desafios para a região

Deputado Padre João empenhou pela instalação da Vara Federal em Viçosa

O deputado federal Padre João (PT/MG) determinadamente empenhou para que Viçosa pudesse receber a Vara da Justiça Federal. Desde 2007 — por intervenção do Presidente da 91ª Subseção da OAB/MG de Viçosa, Leonardo Pereira Rezende —, o deputado tomou para si esta justa causa, por beneficiar a região da Zona da Mata mineira. Além de ofícios à Desembargadora do Tribunal Regional Federal, Assusete Dumont Reis Ma-galhães, Padre João foi a Brasília em diversas ocasiões fazer gestão para que Viçosa fosse contemplada com esta comarca.

A satisfação se deve, sobretudo, pela importância da ação, que irá facilitar o acesso à justiça dos cidadãos e cidadãs do município e de toda a região. Isto porque, até então, as únicas Varas da Justiça Federal mais próximas da região estavam localizadas a mais de 200 km, em Juiz de Fora e Belo Horizonte.

Regional VALE DO AÇO

Parceria com mandatos coletivos e participativos

O deputado Padre João atua sempre em parceria com mandatos de ideologia similar. E, no Vale do Aço, dois parlamentares têm sido colegas constantes: Juarez Pires e Agnaldo Bicalho, ambos de Ipatinga. Recém eleitos, Padre João participou de dois momentos importantes dos mandatos dos mesmos.

Em dezembro, ele esteve na assembleia geral do futuro mandato de Pires, na qual foi explicado aos eleitores o modo coletivo e participativo dos trabalhos. Em outubro, o deputado palestrou sobre “A Sociedade do Bem Viver” na assembleia de Agnaldo Bicalho.



Assembleia Agnaldo Bicalho



Assembleia Juarez Pires

Ministro dos Transportes anuncia início das obras na “Rodovia da Morte”, em MG

O ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, anunciou em Belo Horizonte, os detalhes do edital de licitação para a duplicação da BR-381, batizada de “Rodovia da Morte”. Dos 303 quilômetros de Belo Horizonte até Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, 118,8 quilômetros terão as obras iniciadas em 2013.

A intervenção está orçada em R\$ 2 bilhões e está entre as

mais cobradas pelos mineiros ao governo federal. “Esta é uma urgência pela qual tenho envidado esforços desde os meus mandatos de deputado estadual. É importantíssimo que consigamos reduzir o alto número de acidentes na rodovia. A eliminação das curvas acentuadas, como está previsto, trará mais segurança.”, afirma o deputado Padre João.

Enquanto parlamentar no estado de Minas Gerais, Padre João

realizou duas audiências públicas para discutir os perigos da 381 e chegou a reunir-se com membro do governo federal para tratar do assunto. Já como deputado federal, ele foi o intermediário da agenda com o então ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, na qual foi reforçado o compromisso da presidenta Dilma de licitar de imediato o trecho da BR-381 de Belo Horizonte a João Monlevade.

Acompanharam Padre João no encontro nove deputados estaduais do Bloco “Minas Sem Censura”, quatro deputados federais, o senador Clésio Andrade, o diretor-geral do DNIT, Luiz Antônio Pagot e diversos prefeitos de municípios mineiros. Foi a primeira vez que um deputado federal convidou todos os partidos da base aliada para participarem de uma reunião de suma valia para o estado de Minas Gerais.



Padre João conversa com o então ministro Alfredo Nascimento



Então ministro Alfredo Nascimento; Diretor-Geral do DNIT, Luiz Antônio Pagot; Padre João e o líder do bloco "Minas sem Censura" na ALMG, deputado estadual Rogério Correia



Audiência com o atual ministro

Assim que Paulo Sérgio Passos substituiu Alfredo Nascimento na pasta, Padre João agendou encontro com o novo ministro, para reiterar o pedido de urgência nas obras na “Rodovia da Morte”.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
OF. 0002/2011 – GPJ/BSB

Belo Horizonte, 07 de fevereiro de 2011.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Com nossas cordiais saudações, solicitamos a V. Exa. o agendamento de uma audiência para tratar da situação do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, da duplicação da rodovia BR-040 (Trevo de Ouro Preto até o município de Barbacena) e da duplicação da rodovia BR-381.

Na oportunidade, informamos que estarão presentes os Deputados Federais mineiros da base aliada, bem como os Deputados aliados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Aguardando o pronunciamento de V. Exa., antecipamos os nossos agradecimentos, manifestando os votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Padre João
PADRE JOÃO
Deputado Federal - PT/MG

RECIDO:
Tramite - Base: CGRL/SAAD
em 11.02.2011
Hora: 16:24
Rogério Correia
Ass/Coordenador

Exmo. Sr.
Alfredo Pereira do Nascimento
Ministro dos Transportes
Brasília/DF

2062 (AGO/06)

Ofício no qual Padre João solicitou a reunião realizada no Ministério dos Transportes

Feliz Natal

Natal! Nasceu Jesus, nasceu a vida..., ressurgiu a esperança!

Que a mensagem natalina seja, durante o novo ano, a motivação para, na vida e na luta do povo, buscaremos novas conquistas e realizações de teus sonhos.

Que a presença do menino Jesus signifique dia-a-dia em nossos corações a busca pela sociedade do bem-viver.

São os votos da equipe de assessoria e nosso de Feliz Natal, com saúde, amor e paz!

Deputado Federal Padre João
PT/MG

Mandato Coletivo e Participativo

Padre João

Deputado Federal



Destinatário

IMPRESSO AUTORIZADO: PODE SER ABERTO PELA ECT
VENDA PROIBIDA
Brasília/DF
Anexo 4/ 7º andar/ Gabinete 743 / CEP 70160-900
Gabinete Deputado Federal Padre João - PT
Câmara dos Deputados